

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca
<http://bd.camara.gov.br>

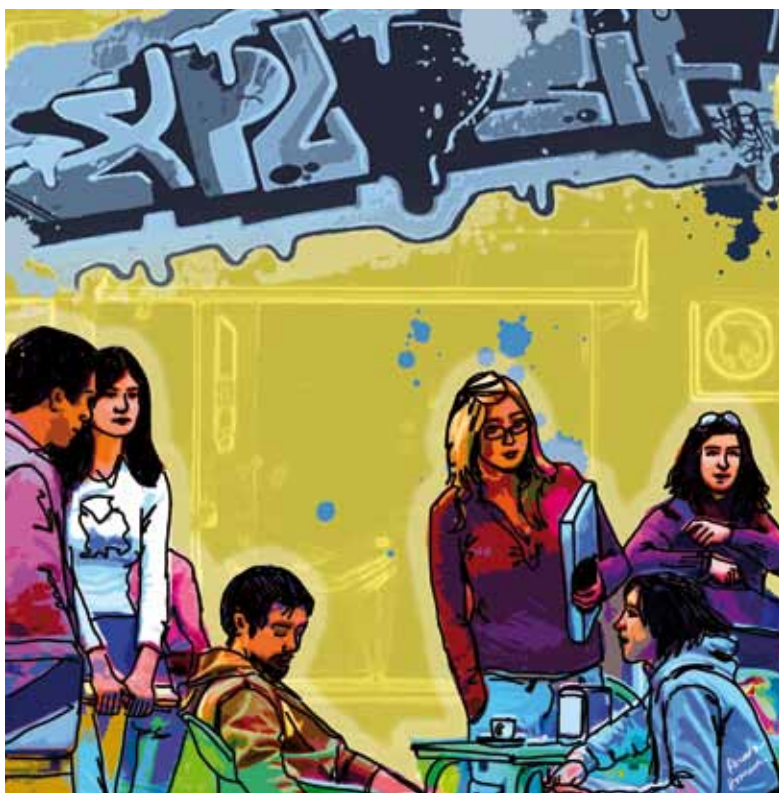
"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



Câmara dos Deputados

ação parlamentar

Políticas Públicas para a JUVENTUDE



Comissão de Direitos Humanos e Minorias

..... Brasília | 2010

Mesa da Câmara dos Deputados
53ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa
2010

Presidente

Michel Temer

1º Vice-Presidente

Marco Maia

2º Vice-Presidente

Antonio Carlos Magalhães Neto

1º Secretário

Rafael Guerra

2º Secretário

Inocêncio Oliveira

3º Secretário

Odair Cunha

4º Secretário

Nelson Marquezelli

Suplentes de Secretário

1º Suplente

Marcelo Ortiz

2º Suplente

Giovanni Queiroz

3º Suplente

Leandro Sampaio

4º Suplente

Manoel Junior

Diretor-Geral

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

Secretário-Geral da Mesa

Mozart Vianna de Paiva



Câmara dos
Deputados

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Relatório de Audiência Pública
sobre o Estatuto da Juventude
e as resoluções da Conferência
Nacional da Juventude.

Centro de Documentação e Informação
Edições Câmara
Brasília | 2010

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor Afrísio Vieira Lima Filho

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretor Adolfo C. A. R. Furtado

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA

Diretora Maria Clara Bicudo Cesar

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Diretor Sílvio Avelino da Silva

Projeto gráfico Racsow

Diagramação Pablo Maury Braz

Capa Renata Homem

Fonte ilustrações: <http://office.microsoft.com/pt-br/clipart/FX101321031046.aspx?pid=CL100570201046>

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Anexo II – Térreo – Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5809; fax: (61) 3216-5810

edicoes.cedi@camara.gov.br

SÉRIE
Ação parlamentar
n. 400

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Políticas públicas para a juventude. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

66 p. – (Série ação parlamentar ; n. 400)

ISBN 978-85-736-5666-4

Relatório de audiência pública sobre o Estatuto da Juventude e as resoluções da Conferência Nacional da Juventude.

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Direitos Humanos e Minorias. 2. Jovem, Brasil. 3. Juventude, Brasil. I. Título. II. Série.

CDU 3-053(81)

ISBN 978-85-736-5666-4 (brochura)

ISBN 978-85-736-5667-1 (e-book)

Sumário

Membros da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – 2009	5
Apresentação	7
Lista de abreviaturas.....	9
Audiência Pública sobre o Estatuto da Juventude e as resoluções da Conferência Nacional da Juventude	11
Discurso do Deputado Luiz Couto (PT-PB) (Presidente da CDHM)	13
Apresentação do Sr. José Ricardo Bianco Fonseca (Assessor da Secretaria Nacional da Juventude, representando o Secretário Nacional da Juventude, Sr. Beto Cury).....	14
Intervenção do Deputado Domingos Dutra (PT-MA) (Membro titular da CDHM)	21
Intervenção do Deputado Luiz Couto (PT-PB) (Presidente da CDHM)	23
Apresentação do Sr. Guilherme Ortiz (Cientista Político)	24

Intervenção do Sr. David Barros (Presidente do Conselho Nacional de Juventude da Presidência da República).....	28
Intervenção do Deputado Veloso (PMDB-BA) (Membro titular da CDHM)	30
Intervenção do Sr. Márcio Marques de Araújo (Secretário da CDHM)	31
Intervenção do Sr. José Ricardo Bianco Fonseca (Assessor da Secretaria Nacional da Juventude, representando o Secretário Nacional da Juventude, Sr. Beto Cury).....	32
Intervenção do Sr. Guilherme Ortiz (Cientista Político)	39
Discurso do Deputado Marco Maia (PT-RS) (Autor do Requerimento e 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados)	40
Intervenção do Deputado Luiz Couto (PT-PB) (Presidente da CDHM)	43
Sugestões de Políticas Públicas Municipais para a Juventude	45
Programas do Governo Federal destinados à Juventude	63

Membros da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – 2009

Mesa da Comissão

Presidente	Luiz Couto	PT (PB)
Vice-Presidentes	Pedro Wilson	PT (GO)
	Cleber Verde	PRB (MA)
	Geraldo Thadeu	PPS (MG)

Composição da Comissão

Titulares

Bloco PMDB/ PT/ PP/ PR/ PTB/ PSC/ PTC/ PTdoB

Deputado Domingos Dutra	PT (MA)
Deputada Janete Rocha Pietá	PT (SP)
Deputada Lucenira Pimentel	PR (AP)
Deputado Luiz Couto	PT (PB)
Deputado Pastor Pedro Ribeiro	PMDB (CE)
Deputado Pedro Wilson	PT (GO)
Deputado Ricardo Quirino	PR (DF)
Deputada Suely	PR (RJ)
Deputado Veloso	PMDB (BA)

Bloco PSDB/ DEM/ PPS

Deputado Edmar Moreira	DEM (MG)
Deputado Geraldo Thadeu	PPS (MG)

Bloco PSB/ PDT/ PCdoB/ PMN

Deputado Pompeo de Mattos	DEM (MG)
----------------------------------	-----------------

PHS

Deputado Miguel Martini	PHS (MG)
--------------------------------	-----------------

PRB

Deputado Cleber Verde	PRB (MA)
------------------------------	-----------------

PV	
Deputado Antônio Roberto	PV (MG)
PSOL	
Deputado Chico Alencar	PSOL (RJ)
Suplentes	
Bloco PMDB/ PT/ PP/ PR/ PTB/ PSC/ PTC/ PTdoB	
Deputado Antônio Bulhões	PMDB (SP)
Deputado Carlos Abicalil	PT (MT)
Deputada Iriny Lopes	PT (ES)
Deputado José Linhares	PP (CE)
Deputado Lincoln Portela	PR (MG)
Deputado Luiz Alberto	PT (BA)
Deputado Paes de Lira	PTC (SP)
Deputado Pastor Manoel Ferreira	PTB (RJ)
Deputado Paulo Henrique Lustosa	PMDB (CE)
Bloco PSDB/ DEM/ PPS	
Deputado Eduardo Barbosa	PSDB (MG)
Deputado Waldir Neves	PSDB (MS)
Bloco PSB/ PDT/ PCdoB/ PMN	
Deputada Janete Capiberibe	PSB (AP)
Deputado Paulo Rubem Santiago	PDT (PE)
Deputado Uldurico Pinto	PMN (BA)
PV	
Deputado Antônio Roberto	PV (MG)
PSOL	
Deputada Luciana Genro	PSOL (RJ)

Apresentação

O Brasil conta hoje com mais de 51 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, segundo dados do IBGE. O problema é que a sociedade não se preparou para receber este enorme contingente de pessoas, nem lhe ofereceu as condições para o exercício pleno da cidadania.

Os jovens brasileiros mostram-se vulneráveis a questões como desemprego, violência e drogas, que vêm somar-se às mazelas decorrentes da escassez de investimentos em educação, saúde, cultura e esporte.

As principais vítimas de violações dos direitos humanos hoje, no Brasil, são os jovens. Os homicídios são a principal causa de morte dos jovens – a cada duas mortes de jovens entre 15 e 24 anos, uma foi por homicídio; dois terços da população carcerária têm entre 18 e 24 anos; 22% das jovens entre 15 e 19 anos já são mães – a grande maioria, solteiras. De cada 15 jovens brasileiros, apenas cinco conseguem chegar ao ensino médio e só um ao ensino superior; 87% dos jovens nunca foram ao teatro ou a museus.

Estimular o protagonismo juvenil e a força criativa do jovem constitui medida necessária para enfrentar os desafios gerados por esse quadro crítico. Assim, uma tarefa relevante para promover os direitos humanos dessa vasta parcela da população é difundir políticas públicas em todas as esferas de governo e ações no âmbito da sociedade civil capazes de criar oportunidades para os jovens e valorizar na sociedade a temática da juventude.

As conferências nacionais setoriais constituem uma inovação da democracia brasileira, na medida em que abrem espaços para a participação de todos os interessados e envolvidos no debate dos grandes temas. Outra conquista a se destacar é o Estatuto da Juventude. Avaliar as principais resoluções da Conferência Nacional da Juventude e as proposições contidas no Estatuto é um caminho para conhecer o manancial de propostas já apresentadas.

O passo seguinte é conhecer as ações governamentais em curso, sua dimensão e resultados. Finalmente, é preciso elaborar novas propostas, com destaque para aquelas dirigidas aos municípios e estados. Quanto mais próximas do cotidiano do jovem cidadão, mais essas políticas públicas poderão contribuir para desenhar uma perspectiva mais favorável para a nossa juventude.

Dep. LUIZ COUTO
Presidente da CDHM

Dep. MARCO MAIA
1º Vice-Presidente da
Câmara dos Deputados

Dep. REGINALDO LOPES
Relator do PL nº 4.530/2004 (Plano Nacional de Juventude) e
Autor do PL nº 27/2007 (Estatuto da Juventude)

Lista de abreviaturas

B

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

C

CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude

D

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

E

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

ENJUNE – Encontro Nacional de Juventude Negra

I

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Anísio Teixeira

M

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

O

OIJ – Organização Ibero-Americana de Juventude

ONGs – Organizações Não Governamentais

P

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PL – Projeto de Lei

PROJOVEM – Programa Integrado de Juventude

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

PROUNI – Programa Universidade para Todos

R

REJ – Reunião Especializada de Juventude

S

SNJ – Secretaria Nacional de Juventude

U

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância

Audiência Pública sobre o Estatuto da Juventude e as resoluções da Conferência Nacional da Juventude

**(Discussões e sugestões para elaboração e implantação
de Políticas Públicas para a Juventude)**

DATA: 13 de Maio de 2009.

LOCAL: Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), Plenário 13, Anexo II, Câmara dos Deputados.

REQUERIMENTO Nº 47/2009

Requeremos a realização de Audiência Pública destinada a avaliar o Estatuto da Juventude e as resoluções da Conferência Nacional da Juventude, conhecer ações que estão sendo implementadas pelo Governo Federal e debater propostas de Políticas Públicas para a Juventude nas esferas municipal e estadual.

AUTORES DO REQUERIMENTO

- Dep. LUIZ COUTO (PT-PB),
- Dep. MARCO MAIA (PT-RS) e
- Dep. REGINALDO LOPES (PT-MG).

COMPOSIÇÃO DA MESA E CONVIDADOS

Presidente

- Dep. LUIZ COUTO (PT-PB), Presidente da CDHM

Assessor da Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República

- Sr. JOSÉ RICARDO BIANCO FONSECA, representando o Secretário Nacional da Juventude, Sr. Beto Cury

Cientista Político

- Sr. GUILHERME ORTIZ

Autor do Requerimento e 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados

- Dep. MARCO MAIA (PT-RS)

DEPUTADOS PRESENTES

- Dep. DOMINGOS DUTRA (PT-MA)
- Dep. CLÉBER VERDE (PRB-MA)
- Dep. VELOSO (PMDB-BA)
- Dep. LUCENIRA PIMENTEL (PR-AP)

Neila Medeiros



Na mesa dos trabalhos, Sr. José Ricardo Bianco Fonseca da Secretaria Nacional de Juventude, Dep. Marco Maia – 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, Dep. Luiz Couto – Presidente da CDHM e o Cientista Político Guilherme Ortiz.

Discurso do Deputado Luiz Couto (PT-PB) (Presidente da CDHM)

(...) Tramita na Câmara dos Deputados a PEC nº 138, de 2003, a chamada PEC da Juventude. Ela insere o termo “juventude” na Constituição Federal e o define como segmento prioritário para a elaboração de políticas públicas. Trata-se de uma proposta estruturante, que merece atenção deste colegiado, entre as matérias cuja tramitação devemos acompanhar com prioridade.

Outra matéria de interesse é o Projeto de Lei nº 4.530, de 2004, que estabelece o Plano Nacional de Juventude, um conjunto de ações e metas que deverão ser cumpridas pela União, em parceria com os Estados e Municípios.

A Conferência Nacional de Juventude abriu espaços para a participação de todos os interessados e envolvidos na discussão do tema “juventude”. O debate do Estatuto da Juventude também produziu reflexões importantes.

Esperamos que, nesta audiência, possamos avaliar as principais resoluções da Conferência e os elementos do Estatuto. Temos um imenso manancial de propostas já apresentadas. O passo seguinte é conhecer as ações governamentais em curso, sua dimensão e resultados.

Finalmente, é preciso elaborar novas propostas, com destaque para aquelas dirigidas aos Municípios e Estados.

Quanto mais próximas do cotidiano do jovem cidadão, mais essas políticas públicas poderão contribuir para apresentar uma perspectiva mais favorável à nossa juventude.

Convido para compor a Mesa o Sr. José Ricardo Bianco Fonseca, Assessor da Secretaria Nacional de Juventude.

(...)

Concedo a palavra ao Sr. José Ricardo Bianco Fonseca (...)

Apresentação do Sr. José Ricardo Bianco Fonseca (Assessor da Secretaria Nacional da Juventude, representando o Secretário Nacional da Juventude, Sr. Beto Cury)

Boa tarde a todos. Parabenizo a Comissão por esta iniciativa.

Para nós, da Secretaria Nacional de Juventude, é sempre importante estabelecer um diálogo com o Parlamento, principalmente porque projetos importantes para a consolidação das políticas públicas de juventude tramitam nesta Casa.

(...)

Hoje, fala-se muito sobre juventude. Observamos que esse tema, cada vez mais, ganha relevância na mídia, na pauta do Parlamento, nos debates públicos, porque os Governos têm implementado organismos específicos para tratar da questão. Mas sempre indagamos: por que a temática “juventude” tem ganhado toda essa relevância? Essa pergunta é importante, pois não se discute esse tema simplesmente porque é legal, porque é simpático, porque dá voto, porque vende mais ou porque “lava mais branco”, ou seja, por motivos subjetivos. Mas por questões objetivas é que a temática juvenil começou a adquirir relevância no cenário nacional e nos debates públicos.

Atualmente, são quatro os fatores fundamentais que fazem com que debatamos essa questão. O primeiro deles (...) é a questão populacional. Nunca houve na população brasileira tantos jovens como há hoje. Pelos dados do IBGE, há cerca de 50,5 milhões de jovens – aproximadamente 28% da população brasileira.

Muitas vezes, as pessoas perguntam o que aconteceu para, de repente, a população de jovens aumentar tanto. Isso tem a ver com o fenômeno demográfico, ocorrido no final da década de 70, início da década de 80, denominado bolha demográfica. De repente, houve uma grande quantidade de nascimentos. Isso provocou um alargamento na pirâmide etária, fazendo com que se agravassem os problemas que o Estado brasileiro já tinha no atendimento à população – ou seja, falta de saúde, de educação,

de moradia, de lazer, etc. –, em face da grande quantidade de pessoas na mesma faixa etária.

É importante lembrar que, na década de 80, houve uma luta muito importante relacionada à educação infantil. Obviamente, havia uma grande quantidade de crianças, e não tínhamos onde recebê-las. O Estado e a sociedade civil tiveram de enfrentar esse problema.

Com o passar do tempo, o problema populacional foi migrando, gerando uma pressão sobre o ensino fundamental. Hoje essa pressão recai justamente sobre o ensino médio e o ensino superior. Aliás, o grande gargalo é no ensino médio e, de cada dez jovens brasileiros, apenas três têm acesso a essa modalidade.

Então, a primeira razão de discutirmos o tema “juventude” é um problema objetivo: a grande quantidade populacional e a capacidade do Estado de atender, com políticas públicas universais, com direitos básicos, essa parcela da população.

O segundo fator decorre justamente da grande quantidade populacional, que vai recair sobre os índices de exclusão. O Estado não consegue prestar atendimento. Observamos em todas as estatísticas que o setor da juventude é justamente o que mais sofre com a exclusão social, em relação aos índices de pobreza, acesso ao trabalho, escolaridade, violência, etc. Eu poderia citar aqui diversos dados que demonstram isso. Então, seja pela quantidade populacional, seja pela exclusão social, a juventude tornou-se um grande problema.

Mas não podemos encarar a juventude somente a partir da perspectiva do problema. Nesse sentido, achamos importante discutir a questão.

A juventude traz problemas, do ponto de vista populacional e de exclusão social, mas ela também pode oferecer oportunidade para o enfrentamento de desafios da Nação. Muita gente vai dizer que os jovens são atores estratégicos para o desenvolvimento nacional. Ou seja, se pretendemos continuar o desenvolvimento da Nação, temos de levar em conta que as novas gerações precisam comprometer-se com esse desenvolvimento. Mais do que isso, precisam ser incluídas no desenvolvimento, para que elas deem continuidade a ele.

Os jovens de hoje, daqui a alguns anos, vão assumir a direção deste País. Refiro-me à direção das empresas, dos sindicatos, dos movimentos sociais, dos postos de trabalho, das famílias. Essa geração que está sendo forjada agora é que vai ser responsável pelos destinos do País daqui a alguns anos.

Nós não temos pensado em como preparar essa geração para assumir os destinos do País. Podemos estar entrando numa situação muito ruim, inclusive de retrocesso social, na medida em que poucas pessoas dessa geração têm sido incluídas no processo de desenvolvimento. Com isso, vamos ter, daqui a alguns anos, uma massa de adultos que não foram preparados. Assim, não terão condição de ser incluídos nesse processo. Portanto, não poderão continuar um processo de desenvolvimento civilizatório. O terceiro motivo, portanto, é esse.

Resumindo: o primeiro motivo diz respeito à questão populacional; o segundo, à exclusão social; o terceiro, à estratégia de desenvolvimento.

E o quarto motivo que faz com que debatamos o tema “juventude” diz respeito à terceira geração de direitos. Isso tem muito a ver com o debate da Comissão. São os chamados direitos difusos, que garantem, para determinados segmentos sociais, a possibilidade de desenvolvimento integral.

Entram, nos direitos difusos, os direitos dos negros, das mulheres, dos homossexuais, dos idosos, das crianças e dos adolescentes. A discussão, hoje, é no sentido de que os jovens também são um segmento social, “sujeitos de direitos”. Mas não são só sujeitos dos direitos universais. O que estamos dizendo é que, quando as pessoas se encontram na fase juvenil, têm necessidades específicas, que devem ser garantidas pelo Estado e inscritas como direitos. Para eu exercer integralmente o meu papel de jovem, preciso ter garantidas determinadas condições pelo Estado e pela sociedade.

A comparação que fazemos, para ficar mais didática a discussão, é sempre em relação aos idosos. Hoje, para eu conseguir viver plenamente na minha velhice ou na terceira idade, é preciso que o Estado me garanta determinadas coisas. Os ônibus devem ter um assento específico para que o idoso possa se locomover

de maneira adequada. Isso também é necessário para os jovens. O Estado também precisa garantir aos jovens um conjunto de condições para que eles vivam plenamente a sua jovialidade. É fundamental o debate nesse sentido. Os jovens precisam constituir marcos legais, entrar na Constituição e ter um conjunto de leis que amparem seus direitos e garantam a eles o pleno desenvolvimento.

Eu digo tudo isso para que reflitamos um pouco sobre as matérias que estão tramitando no Congresso Nacional. Acreditamos que já exista um movimento importante em relação à PEC [nº 138, de 2003]. Obviamente, o apoio dos Parlamentares para que essa matéria seja aprovada no Senado Federal também é fundamental. Mas nós estamos preocupados especificamente com dois projetos de lei que tramitam nesta Casa, muito importantes para a consolidação de marcos legais para a juventude.

Esses dois projetos já foram citados aqui. Um deles diz respeito ao Plano Nacional de Juventude – PL nº 4.530 [de 2004]. A Secretaria Nacional de Juventude, em parceria com o Conselho Nacional de Juventude, tem procurado qualificar o debate para que possamos fortalecer esse processo na Câmara dos Deputados e aprovar a matéria.

Também é fundamental o debate do Estatuto da Juventude [Projeto de Lei nº. 27, de 2007]. A nossa prioridade é o Plano Nacional de Juventude, mas o Estatuto é importante para que possamos consolidar a ideia de direitos difusos. Não temos condição de nos aprofundar sobre eles no texto da Constituição. O Estatuto poderá garantir a elucidação do que sejam esses direitos específicos dos jovens.

O Parlamento deve discutir o Estatuto com base em quatro marcos de direitos para a juventude. O primeiro conjunto de direitos importantes é o que garante a emancipação do jovem. Cabe aqui um parêntese, em relação ao debate de política pública para a juventude. A tendência é confundir o debate da juventude com o debate da criança e do adolescente. Existe uma diferença muito grande entre essas duas políticas públicas. Primeiro porque o Estatuto da Criança e do Adolescente e as políticas para a criança e o adolescente levam em conta a proteção, que

remete à doutrina da proteção integral. Essas políticas estarão, geralmente, na Secretaria de Assistência Social e vão cuidar da proteção daqueles indivíduos, que têm alto grau de vulnerabilidade. No caso das políticas da juventude, o objeto não é a proteção. O Estado não tem de garantir a proteção desses indivíduos, mas sim a possibilidade de eles se emanciparem, ou seja, de eles construírem trajetórias de vida que lhes possibilitem autonomia e independência. Portanto, o papel do Estado não é mais proteger, garantir instituições que consigam diminuir o grau de vulnerabilidade dos indivíduos, como acontece com as crianças e adolescentes, mas sim garantir instrumentos que permitam a esses jovens alçarem trajetórias de vidas com pleno desenvolvimento, com a possibilidade de se escolarizarem plenamente, de ter acesso ao trabalho, de cuidar de sua subsistência, o que é fundamental para ele constituir família e contribuir no processo produtivo. Essa questão é muito importante.

A emancipação é fundamental, principalmente para acabar com essa confusão do debate da criança e do adolescente. A política da criança e do adolescente tem um caráter de proteção. A política de juventude tem um caráter de emancipação, o que qualifica essas políticas em outro patamar, até mesmo quando colocamos isso na ponta, na execução das políticas dentro do Estado.

Um segundo ponto importante, em relação à juventude, é o direito ao tempo livre. O conceito de tempo livre tem sido muito discutido. Ele apresenta várias características, mas para a juventude tem um caráter estratégico. É nessa fase da vida que os jovens têm mais possibilidade de usufruir do tempo livre. Logo, esse é um direito fundamental, que deve ser garantido pelo Estado. O jovem precisa ter condição de usufruir do tempo livre. Ele só terá essa grande quantidade de tempo livre nessa fase da vida. Nas outras fases da vida, a tendência é ele ocupar seu tempo no trabalho, no cuidado com a família e em outras atividades. A possibilidade de usufruir do tempo livre, que é fundamental para o desenvolvimento humano, é justamente na juventude. E ela precisa ser garantida e amparada pelo Estado. Portanto, esse é um segundo marco importante dos direitos da juventude.

O outro marco diz respeito ao acesso ao conhecimento, aos bens culturais produzidos pela sociedade; portanto, ao direito à participação política. Esse tema é interessante. Ele tem interface com o debate da reforma política, que tramita na Casa.

O quarto ponto é o que definimos como opressão geracional.

Cada vez mais se discute a existência da opressão geracional. As pessoas mais adultas, mais velhas oprimem as mais jovens, no sentido de restringir-lhes o acesso à participação, às decisões e, muitas vezes, à possibilidade de decidirem sobre os rumos do País.

Muitas vezes, verificamos que os jovens são sempre considerados nos debates políticos, nas grandes decisões. Devemos consolidar a ideia de que as gerações mais novas precisam ser incorporadas nas grandes decisões. Até porque, como eu disse antes, elas têm um papel fundamental no desenvolvimento das nações.

A Secretaria Nacional de Juventude foi um avanço importante do Governo Lula. Ela possibilitou que o tema adquirisse maior visibilidade no âmbito do Estado e da sociedade. A Secretaria tem dado ao Governo condições de atuar de maneira mais orgânica, mais integrada no debate das políticas públicas, em todas as áreas. Nós achamos que era muito importante criar um espaço de diálogo permanente com a juventude brasileira. Nesse sentido, a criação da Secretaria Nacional de Juventude veio junto com a criação do Conselho Nacional de Juventude. O Conselho é o espaço institucionalizado para essa participação no Estado brasileiro.

A Secretaria Nacional de Juventude realiza uma política em cinco dimensões. A primeira é a dimensão da inclusão, que se efetiva por meio da coordenação de um grande programa de juventude, o PROJOVEM, que procura atender os jovens que possuem maior grau de vulnerabilidade. Ele atende jovens de 15 a 29 anos que não completaram o ensino fundamental e não possuem carteira assinada. A segunda é a dimensão legal, onde a SNJ promove articulações para aprovar, no Congresso, os marcos legais que consolidarão a institucionalização da política de juventude no Estado brasileiro. A terceira é a dimensão internacional, ou seja, cada vez mais, diversos países vêm discutindo o tema juventude, e o Brasil tem se inserido no âmbito internacional. São iniciativas importantes da Secretaria: a adesão do país à

OIJ, a participação na REJ do MERCOSUL e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Sobre a dimensão internacional, farei um comentário à parte. O Presidente Barack Obama, eleito nos Estados Unidos, soube dialogar com o tema juventude e a questão geracional. Inclusive, em seu discurso de posse, falou muito das próximas gerações. A comunidade internacional vem percebendo, cada vez mais, a importância da questão geracional e o quanto é fundamental incluir os jovens no debate do desenvolvimento.

A quarta é a dimensão participativa que se efetiva com o Conselho Nacional de Juventude e na realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.

E a quinta é a dimensão institucional. A SNJ fortalece os seus vínculos com outros entes da federação, procurando estimular que sejam criados órgãos institucionais de juventude nas prefeituras e nos Estados e realizando cursos de capacitação para gestores sobre a temática juventude.

É importante citar que o PROJOVEM Integrado é a principal política do Governo Federal para a juventude. Esse programa é composto pelas seguintes modalidades: ProJovem Adolescente, que está no Ministério do Desenvolvimento Social; ProJovem do Campo, que está no Ministério da Educação; ProJovem Trabalhador, que está no Ministério do Trabalho; e ProJovem Urbano, que está na própria Secretaria Nacional de Juventude. Isso é o que chamamos de dimensão inclusiva. São políticas específicas para fazer com que os jovens altamente vulnerabilizados sejam incluídos e tenham melhores oportunidades.

Para finalizar, registro que a Secretaria Nacional de Juventude tem um lema que fundamenta o nosso debate sobre juventude, no Brasil: gerar oportunidades e assegurar direitos.

Essa é a consigna que debatemos para que o tema “juventude” seja compreendido a partir desses marcos. Eles são fundamentais. O Estado brasileiro e o Parlamento devem enfrentá-los, a fim de que tenhamos no País marcos legais estabelecidos para debater esse assunto. Devemos consolidar um conjunto de direitos, mas também de políticas. O plano é importante para que o Estado brasileiro tenha um conjunto de metas para melhorar as condições de vida da juventude.

Espero que o Parlamento, em algum momento, crie alguma instância para debater permanentemente o tema “juventude” e a questão geracional – como incluir as novas gerações no debate do desenvolvimento e das decisões.

Concluo agradecendo-lhes o convite. Estou à disposição para qualquer esclarecimento.

Intervenção do Deputado Domingos Dutra (PT-MA) (Membro titular da CDHM)

(...)

Parabenizo o Sr. José Ricardo Fonseca, Assessor da Secretaria Nacional de Juventude.

(...)

Eu já estive na Comissão de Segurança Pública, que é importante inclusive para a juventude. Passam por ali todos os projetos que criminalizam, geralmente, os jovens. Já estamos discutindo na Comissão Especial o Estatuto da Igualdade Racial [Estatuto aprovado na Câmara dos Deputados em 9/9/2009, e enviado ao Senado], fundamental também para os negros, como eu, principalmente para os jovens negros, que continuam sendo os mais discriminados.

(...)

Acho que, entre os espaços institucionais criados pelo Presidente Lula nos sete anos de mandato, essa Secretaria [Nacional da Juventude] foi uma das decisões mais acertadas. Pela primeira vez na história institucional do País, um Presidente resolveu criar estruturas no aparelho do Estado voltadas para segmentos até então marginalizados.

Foram criadas a Secretaria da Igualdade Racial, agora com status de Ministério; a Secretaria da Pesca – pela primeira vez, em 500 anos, os pescadores, que são de grande importância para o País, têm uma estrutura ligada ao Estado, a Secretaria voltada para a questão das mulheres e uma Secretaria destinada a políticas para os jovens.

Sempre ouvíamos aquele ditado dos conservadores de que “os jovens seriam o futuro deste País”. Na verdade, os jovens precisam ser tratados como presente, para que tenhamos um País solidamente democrático e igualmente justo. Temos, então, as políticas públicas promovidas pelo Governo Lula.

Há a questão da saúde. Sabemos que principalmente os jovens pobres não têm plano de saúde. Eles precisam procurar os hospitais de emergência para serem atendidos. Quem quiser ter noção do que foram os campos de concentração no nazismo deve ir a um desses hospitais de emergência para ver a verdadeira degradação humana.

Portanto, menciono as políticas de saúde, a questão da educação – educação pública de qualidade. Sempre que me refiro aos jovens, não excluo ninguém. Temos de priorizar. Sabemos que os jovens mais pobres têm de se louvar dos serviços públicos. Portanto, é preciso melhorar a qualidade da educação. O Presidente Lula também tem feito isso, não só ampliando as escolas federais, as universidades federais, mas, sobretudo, criando o ProUni, que tem facilitado o acesso do jovem mais humilde à universidade.

Em toda a história do Brasil, este foi o Presidente que conseguiu construir o maior número de escolas técnicas. Mais 300 escolas estão planejadas.

A questão da segurança é fundamental para os jovens. Com a concepção de segurança que havia no passado, só para repressão, as vítimas são sobretudo os jovens. Agora, temos um outro foco: a segurança cidadã, em que se trabalha a repressão, mas, sobretudo, a garantia de direitos. A população é incluída no conceito de segurança.

Também são fundamentais para os jovens a cultura, o lazer e o esporte.

Não é por acaso que o Deputado Cleber Verde [PRB-MA, Segundo-Vice-Presidente da CDHM] é presidente de um time no Maranhão, o Moto Club. Portanto, o esporte tem de estar integrado a esse conjunto de políticas para a juventude.

Quero parabenizar a Secretaria pela firmeza, pela clareza da exposição.

(...)

Desejo que a Secretaria ultrapasse o período de governo do Presidente Lula. Independentemente de quem venha assumir o Governo Federal a partir de 2011, espero que essa estrutura e as diretrizes que foram adotadas, que estão sendo encaminhadas, permaneçam como forma de avançarmos na construção deste País. Continuaremos sonhando com a diminuição do abismo entre aqueles que nada possuem e uma minoria que possui quase tudo.

Portanto, parablenizo o Sr. José Ricardo, a Secretaria Nacional de Juventude e, fundamentalmente, o Presidente Lula pelo acerto da criação dessa Secretaria.

Intervenção do Deputado Luiz Couto (PT-PB) (Presidente da CDHM)

(...)

Convido para compor a Mesa o Cientista Político Guilherme Ortiz, que também vem abrilhantar a nossa audiência pública com o tema Avaliar o Estatuto da Juventude e as Resoluções da Conferência Nacional de Juventude.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, levanto duas questões.

Uma delas diz respeito à criminalização da juventude. Verificamos que ela aumenta cada vez mais. Há a tentativa, no Senado Federal, de redução da maioria penal. Ou seja, teremos um segmento cada vez maior. Hoje, pelos dados do DEPEN, os jovens de 18 a 29 anos constituem 63% da população carcerária.

Há o aliciamento e o recrutamento por parte do crime organizado. Essa é outra questão. Criminaliza-se a juventude. Muitas vezes ela quer sair da criminalidade e não consegue. Basta verificar que a maior parte de pessoas que são executadas é de jovens. Esse é um aspecto importante.

Em relação ao adolescente que está em conflito com a lei, o Plenário desta Casa já está preparado para votar matéria sobre medidas socioeducativas.

Como estão as propostas iniciais do Governo, como o Programa Meu Primeiro Emprego? Os consórcios da juventude deram certo? Em muitos lugares, isso se retraiu.

Na realidade, a juventude não tem perspectivas. O ENEM tem mostrado diversas situações sobre a má qualidade do ensino em alguns Estados. Precisamos ter, efetivamente, políticas mais consistentes e permanentes em relação à juventude.

Com a palavra o Sr. Guilherme Ortiz.

Apresentação do Sr. Guilherme Ortiz (Cientista Político)

Primeiramente, quero agradecer o convite que me foi feito por um dos proponentes da audiência, o Deputado Marco Maia.

Estou aqui para enfatizar a importância da institucionalidade na questão da política pública de juventude.

Cumprimento o Presidente da Comissão, Deputado Luiz Couto, o Sr. José Ricardo Bianco Fonseca, representante da Secretaria Nacional de Juventude e o Sr. David Barros, Presidente do CONJUVE [presente no plenário]. Saúdo todos os presentes.

Tratarei de uma questão muito importante, que foi debatida na Conferência Nacional de Juventude, sobre a institucionalidade. Trago alguns dados para demonstrar isso.

Começo falando sobre o contingente populacional. O Brasil conta com 51 milhões de jovens de 15 a 29 anos. Isso representa 28% da sociedade brasileira.

(...)

Então, uma boa notícia transformou-se numa das principais dificuldades que o Brasil enfrenta, que é a questão do jovem. Por quê? Porque a sociedade não se preparou para oferecer a esse cidadão condições mínimas para o exercício pleno da cidadania.

Trago alguns dados para nós analisarmos e vermos a situação da juventude. O José Ricardo [Assessor da Secretaria Nacional da Juventude, convidado da CDHM] conhece-os muito bem e sabe da importância da juventude não só para o Brasil, mas para o continente.

O Brasil conta com 50% dos jovens da América Latina. E 80% dos jovens do Cone Sul são brasileiros. Esses dois dados são relevantes não só para o Brasil, mas também para o continente.

De cada dois desempregados no País, um é jovem. Temos um problema: no mundo do trabalho, 35% dos jovens têm carteira assinada; o restante está no mercado da informalidade.

Precisamos analisar essa questão do mundo do trabalho, que é primordial, mas também a questão da educação. Hoje, de cada 15 jovens brasileiros, cinco conseguem chegar ao ensino médio e um consegue chegar à universidade.

Então, se juntarmos esses dois dados, veremos que a necessidade de trabalhar e complementar a renda familiar leva o jovem a abandonar os estudos.

Essas questões são consideradas, tanto pela Secretaria, quanto pelo Conselho, de grande importância para a elaboração de políticas públicas.

Trago esses dados para enfatizar a importância da institucionalidade.

A institucionalidade, em âmbito federal, começou em 2003, com um requerimento do Deputado Reginaldo Lopes [PT-MG], solicitando a criação da Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de políticas públicas para a juventude.

(...)

Essa Comissão reuniu-se 33 vezes. Foram realizados trabalhos, audiências públicas e promovidos estudos. No final dos estudos, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Juventude. Essa Conferência colheu dados da juventude brasileira em todas as regiões do Estado [brasileiro] e também os anseios dos jovens naquela época. O principal anseio dos jovens era o de serem reconhecidos como “sujeitos de direito”.

Outra questão importante diz respeito à criação de órgãos institucionais para representação do jovem. Foi mencionado, naquela Conferência, que os jovens queriam a criação de uma Secretaria Nacional de Juventude, de um Conselho Nacional de Juventude, de um Plano Nacional de Juventude, de um Estatuto

da Juventude e de uma Comissão Permanente na Câmara dos Deputados para tratar da questão da juventude.

Desses encaminhamentos, que foram tirados das resoluções elaboradas na Conferência, saiu o decreto do Presidente [da República, Luís Inácio Lula da Silva,] que criou a Secretaria Nacional de Juventude, em 2005, e o Conselho Nacional de Juventude, juntamente com a Política Nacional de Juventude.

A Secretaria [Nacional de Juventude], então, passou a trabalhar para integrar essas políticas. Os Ministérios haviam desenvolvido políticas, mas não tinham um órgão que centralizasse essas políticas e as desenvolvesse com foco na juventude.

O CONJUVE foi o canal permanente de diálogo entre o Poder Público e a sociedade civil.

Porém, essa institucionalidade que hoje temos, em âmbito federal, não tem a devida correspondência em âmbito municipal. (...) Mas a institucionalidade municipal é de primordial contato com o jovem, porque ela está inserida diretamente no problema que o jovem vive hoje no seu Município.

Segundo dados da Secretaria Nacional de Juventude, há hoje cerca de 700 gestores municipais e 22 gestores estaduais [de pastas específicas de juventude]. Esse número, então, é muito pequeno para o contingente que temos de Prefeituras. Hoje, ao analisarmos a porcentagem dos Estados que contam com esses gestores, em comparação com os Municípios, veremos que estes últimos estão em pequeno número.

Localmente, essas políticas participativas são mais privilegiadas. Por quê? Porque o jovem está inserido na realidade da cidade onde vive e do grupo social com que convive, de modo que a sua tão falada participação no protagonismo juvenil será estimulada, na medida em que o jovem irá dialogar e oxigenar a política pública diretamente no seu Município. O jovem tem mais proximidade com a política local do que com a política federal. Essas questões já seriam emblemáticas para falarmos sobre a política local.

A 1ª Conferência Nacional de Juventude, que aconteceu no ano passado, quando se reuniram mais de 400 mil jovens, trouxe alguns desses temas para os quais precisamos atentar. A priori-

dade, no que diz respeito à institucionalidade, foi a criação do Sistema Nacional de Políticas Públicas para a Juventude, que confere, primeiramente, à Secretaria Nacional de Juventude o status de Ministério, exige a adesão dos Estados e Municípios, que deve ser condicionada, se no Município houver esse órgão gestor específico para elaborar as políticas públicas.

Outro ponto que a Conferência levanta é que, a partir de dezembro de 2009, os recursos do Fundo Nacional de Juventude e do ProJovem apenas continuarão a ser repassados aos Estados e Municípios que aderirem a esse sistema. Nessa própria resolução, também três pontos importantes são afirmados: a aprovação da PEC da Juventude, que se refere ao reconhecimento do jovem, tratada na outra Conferência como “sujeito de direito”; a aprovação do Plano Nacional e do Estatuto da Juventude; e a criação de órgãos de juventude com orçamento próprio em todos os Municípios e Estados.

(...)

Ressalto essas questões para pedir ao Parlamento brasileiro, ao Executivo, particularmente à Secretaria Nacional de Juventude, que cumpra esse papel de mobilizar para criar a institucionalidade da política pública de juventude.

No que tange à política pública de juventude, eu trouxe sete características.

(...) destaco a integralidade, que tem de estar inserida no desenvolvimento econômico da cidade; a transversalidade, pois que se tem de desenvolver um papel de diálogo com os diversos setores da política, com os agentes políticos, com outros projetos que existem em comum; e a sistematização. Não há como fazermos uma política sem estudar a realidade da juventude.

A política também tem de ser incisiva – para apresentar alternativas diretamente ligadas a esse tema – e descentralizada. Hoje, o jovem tem dificuldade de acessar essa política. Não podemos deixar de citar a questão seletiva. Hoje, a política é universalista, mas tem de atender ao jovem que tem mais necessidade, aquele de baixa renda, do meio rural, que tem maior dificuldade de acesso. Entendo mais importante a questão da

participação. É preciso favorecer o protagonismo juvenil e, com isso, possibilitar ao jovem a participação nessas políticas.

Sr. Presidente, trago aqui essas questões sobre a institucionalidade da política pública e as características que uma política pública municipal de juventude deve ter. Vemos, em algumas gestões, uma política que não contempla diretamente o jovem. Portanto, se partirmos desse ponto de estimular uma política pública de juventude e saber como agir nessas institucionalidades, ela vai atingir a realidade do jovem para que ele esteja inserido nessas políticas.

Muito obrigado.

Intervenção do Sr. David Barros (Presidente do Conselho Nacional de Juventude da Presidência da República)

Boa tarde a todos.

Saúdo o Deputado Luiz Couto pela realização desta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. É importante trazer ao Parlamento brasileiro a discussão sobre as políticas de juventude.

Sou Presidente do Conselho Nacional de Juventude, ligado à Secretaria Geral da Presidência da República, à Secretaria Nacional de Juventude. No Conselho, acompanhamos permanentemente as ações do Governo Federal em relação à juventude brasileira, todo esse debate em relação ao marco legal da juventude e as políticas desenvolvidas pelos Ministérios e Secretarias. Buscamos incidir na perspectiva de fazer com que essas políticas possam ganhar um caráter permanente de políticas de Estado e fortalecê-las no sentido de que essa institucionalidade possa chegar aos Estados e Municípios.

Então, nesse sentido, compreendo o papel da Secretaria Nacional de Juventude, do ponto de vista institucional, que articula os Ministérios, busca coordenar essa ação da Política Nacional de Juventude. Peço ao Sr. José Ricardo que nos diga como a Secretaria vem cumprindo esse papel junto aos demais Ministérios, ao

fazer essa coordenação, essa articulação e garantir essa transversalidade a que o Sr. Guilherme se referiu, importante para a política pública da juventude. A política de juventude é o que podemos chamar de algo moderno na gestão pública. Tira-se aquela característica que tradicionalmente se tem de feudo, de cada Secretaria, de cada Ministério, com o seu Secretário, que tem uma política específica, e se busca articular e integrar as ações dessas Secretarias, desses Ministérios, no sentido de ter um conjunto de metas que favoreça aquela especificidade, aquele segmento da sociedade.

Quero saber do Sr. José Ricardo como a Secretaria vem atuando nesse sentido. Eu gostaria de conhecer sua opinião em relação a uma proposta que inicialmente se discutiu com o Conselho Nacional de Juventude e, agora, estamos recolocando-a na pauta da Secretaria-Geral da Presidência da República, qual seja, a do Grupo Interministerial de Acompanhamento da Política Nacional de Juventude. Esse Grupo para nós é importante, porque, primeiro, fortalece o papel da Secretaria Nacional de Juventude como coordenadora da Política Nacional de Juventude como um todo, no diálogo mais permanente e institucionalizado com os demais Ministérios onde existem políticas, projetos e ações para a juventude brasileira.

Então, desejo saber qual a opinião da Secretaria em relação a esse Grupo, no sentido de garantir institucionalmente a transversalidade da Política Nacional de Juventude.

Faço uma observação ao Sr. Guilherme. Existe uma efervescência do movimento de juventude no Brasil. Já tivemos nacionalmente essas experiências. Recentemente, o Encontro Nacional da Juventude Negra tirou suas resoluções. É prioridade nº 1 da Conferência Nacional de Juventude o documento do ENJUNE, a transformação de suas resoluções em políticas de juventude no Brasil.

Podemos citar ainda o Encontro Nacional de Jovens Feministas, que se realizou em Fortaleza e também tirou as suas bandeiras, e o Festival da Juventude do Nordeste, que tirou pautas específicas da juventude nordestina em relação à agenda de desenvolvimento da região.

Então, cada especificidade hoje vem construindo as suas bandeiras de luta, no sentido de acumular força política para o diálogo com o Parlamento e com a sociedade.

Nós, do Conselho Nacional de Juventude, vimos acompanhando todo esse processo para garantir, dar nossa contribuição para esse acúmulo de força política.

Quero saber do Sr. Guilherme, na qualidade de cientista político, como vem percebendo toda essa movimentação. Para nós, do Conselho, essa luta por força política é fundamental.

Como muito bem disse o Sr. José Ricardo, temos um contingente populacional significativo, e é na juventude que se evidenciam mais nitidamente as desigualdades sociais do Brasil, essas exclusões.

O que falta para o Estado brasileiro, para os Municípios e Estados da Federação colocarem em suas pautas de desenvolvimento as políticas de juventude? Para nós, há carência de mais força política do movimento para pautar de forma mais incisiva tanto o Parlamento, como o Poder Executivo.

Como Vossa Senhoria avalia todas essas movimentações e o que acredita que seja importante articular nesse pacto pela juventude – existe o pacto pela juventude proposto pelo Conselho e a Secretaria – que reúne a sociedade civil, o Parlamento, o Poder Executivo e os movimentos de juventude, no sentido de lhe garantir direitos e que seja inserida na pauta de desenvolvimento nacional?

Intervenção do Deputado Veloso (PMDB-BA) **(Membro titular da CDHM)**

(...)

Sinceramente, eu não conhecia o Plano Nacional de Juventude e o Estatuto da Juventude. Observo – e depois qualquer um dos senhores expositores poderão responder-me sobre isso – aqui a questão do ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sr. Presidente, Deputado Luiz Couto, o problema da juventude, principalmente da criança e do adolescente, é dos mais sérios.

Sempre tenho dito aqui que me baseio em três temas para debate: primeiro, criança e adolescente; depois, mulher; por último, o idoso. São temas palpitantes, mas vejo que não se dá tanta importância a eles – o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso.

É preciso que se dê todo o apoio à juventude. Sabemos que há jovens de 14 ou 15 anos traficando drogas, praticando atos infracionais. Nós, os mais velhos, principalmente da Câmara dos Deputados, temos de dar total apoio à juventude.

É preciso que se entenda que há jovens cujos pais podem colocá-los em uma faculdade, em uma universidade, em um bom emprego – e é importante ressaltar o aspecto educacional, de status. Não podemos nos esquecer daqueles que são filhos de trabalhadores rurais, que vivem nos campos e não têm a mesma possibilidade daqueles que moram no perímetro urbano.

Aceite meus parabéns, Deputado Luiz Couto, por ter, nesta tarde, dado essa oportunidade para que os expositores venham aqui, como vieram, falar a respeito do Estatuto da Juventude e do Plano Nacional de Juventude.

Quero parabenizar todos (...)

Intervenção do Sr. Márcio Marques de Araújo (Secretário da CDHM)

O Sr. Guilherme Ortiz se referiu à ausência de impacto da Política Nacional da Juventude nos Municípios. De fato, pouco conhecemos de iniciativas no âmbito dos Municípios, para que sejam formadas não só institucionalidades, como espaços de participação política, de geração de propostas nos Municípios.

Por outro, do ponto de vista do Prefeito, dos Vereadores, das Lideranças municipais, eles devem estar se perguntando: mas o que devemos fazer a esse respeito? A juventude é uma parcela enorme da nossa população, mas com interesses distintos. Como fazer para reunir esse segmento da população e que tipos de políticas públicas compatíveis com o âmbito de atribuições dos Municípios podemos gerar?

Desejo saber se alguém tem a apresentar sugestões, experiências exitosas. É importante que a Comissão de Direitos Humanos repasse para as Comissões homólogas nos Municípios, nas Câmaras Municipais e nas Assembleias Legislativas, sugestões de estratégias de mobilização e de políticas para aplicação no âmbito municipal.

Intervenção do Sr. José Ricardo Bianco Fonseca (Assessor da Secretaria Nacional da Juventude, representando o Secretário Nacional da Juventude, Sr. Beto Cury)

São muitas questões e eu vou tentar aqui abordá-las todas.

Começo pelo debate conceitual, porque temos um pouco de dificuldade de discutir juventude a partir dessa confusão conceitual.

Friso o que abordei na minha fala anteriormente: uma coisa é a política para a criança e para o adolescente; outra coisa é a política para o jovem. Essa é uma distinção muito grande. Consideram-se a criança e o adolescente indivíduos que demandam dos Estados e dos marcos legais que temos aprovado uma atenção de proteção. Preciso garantir à criança e ao adolescente proteção. É por isso que geralmente temos os Conselhos Tutelares, que vão tutelar, cuidar desses indivíduos, a política de criança e adolescente, que sempre está na Secretaria de Assistência Social, porque é uma política de proteção. Está vinculada àquela doutrina de proteção integral que citei aqui.

Juventude é um conceito novo que vimos discutindo hoje e tem a ver com a terceira geração de direito, que é um novo grupo social. Por isso falamos que é um “sujeito de direitos”. Não são os jovens indivíduos “sujeitos de direito” – todos os indivíduos são “sujeitos de direito”. Quando afirmamos que a juventude é “sujeito de direitos”, queremos dizer que os jovens, as pessoas que se encontram nessa fase da vida têm necessidades específicas, e o Estado e a sociedade precisam responder a elas. Assim como o idoso tem necessidade específicas, já aprovamos um estatuto, e

ele tem um lugar específico no ônibus, para os jovens eu preciso atender também essas necessidades específicas.

Portanto, a política pública para o jovem não é a mesma política do ECA, ela é distinta. A política para o jovem é uma política de gerar emancipação, de garantir a essas pessoas que estão em idade de se emancipar, que buscam trabalho e que muitas vezes estão finalizando seu projeto de escolarização, meios para começar a constituir família, para concluir as principais decisões dessa fase da vida e para se inserir no mundo produtivo. Essa é a diferença conceitual. Uma coisa é o jovem, outra é o ECA, outra ainda é criança e adolescente. Essa é uma confusão recorrente no debate.

(...)

Por isso há algumas questões que começamos a discutir. Primeiro, a questão da idade. Por que é dos 15 aos 29 anos? Porque, por lei, aos 15 anos de idade o indivíduo pode começar a trabalhar, e a atividade laboral é a principal atividade que garante independência e autonomia. Na medida em que se começa a ter dinheiro, pode-se constituir autonomia. É óbvio que isso se mistura um pouco com o ECA. Esse é um debate que procuramos afinar melhor, pois não está totalmente claro. Por isso começa aos 15. E termina aos 29, porque todos os estudos demonstram que, hoje, as trajetórias por esse período, em que ainda se está definindo o processo de sua vida, se estendeu. Isso acontece no mundo inteiro. Antigamente, as pessoas se casavam aos 18, aos 20 anos; hoje, não, as pessoas se casam mais velhas, aos 30 anos. A televisão com frequência faz reportagem mostrando que os jovens estão demorando a sair da casa de seus pais, principalmente da classe média, se for da classe pobre é outra história. Por isso é de 15 aos 29 anos, porque aos 15 anos a pessoa pode começar a se emancipar, e aos 29 anos porque esse processo se estendeu. A França, por exemplo, considera até os 35 anos de idade. A discussão da idade é abstrata, mas era preciso definir uma faixa etária para trabalhar as políticas públicas e para ter um limite.

(...)

Em alguns programas rurais, vinculados à juventude, essa faixa etária também é ampliada, alguns programas vão até os 35 anos; outros, até 32 – há sempre uma variação.

O fundamental é ter claro que a política de juventude é de emancipação, e a do ECA é de proteção. Esse é um conceito que precisamos trabalhar.

Vinculado a essa preocupação que foi levantada, o adolescente aos 15 é bem diferente da pessoa aos 29. O Conselho Nacional da Juventude, em seu documento de Política Nacional de Diretrizes, estabelece que é preciso ter um olhar específico. Por isso classifica o jovem adolescente, dos 15 aos 18 anos; o jovem, dos 18 aos 24 anos; e o jovem adulto, dos 24 aos 29 anos, justamente para responder a esse olhar mais específico para essa subfase dentro da fase juvenil.

A política de juventude, portanto, é de outra natureza, são outros os debates, por isso o marco legal. Muita gente pergunta: quais são esses direitos específicos da juventude? Eu já tenho certo amadurecimento, mas isso não está completamente definido, é um debate que ainda está sendo processado. Hoje, são basicamente quatro direitos fundamentais que discutimos.

Primeiro, o direito à emancipação. Na prática, é garantir nas políticas públicas o direito ao trabalho. Hoje, vemos, pelos dados, que a grande massa de jovens está de fora. A pessoa só se emancipa se tiver condições de subsistir, de ter um emprego, ter dinheiro. Então começa a construir sua emancipação. Por isso passaria também a ter o direito à moradia, o direito à mobilidade. Há outras questões que, depois, eu gostaria de comentar. Fundamentalmente, o direito à emancipação.

O segundo é o direito ao tempo livre. Entendemos que essa é a fase da vida quando mais se tem tempo livre. Portanto, para o pleno desenvolvimento da sua juventude, é preciso ter garantida pelo Estado a possibilidade de usufruir do seu tempo livre, que é o ócio criativo, quando a pessoa se desenvolve integralmente. Isso é muito importante.

O terceiro é o que chamamos acesso. Essa geração ainda é limitada em termos de acesso aos bens culturais produzidos, ao conhecimento. Então, isso deve ser garantido às primeiras

gerações, para que elas tenham condições de dar o passo seguinte, quando elas se tornarem adultas e passarem a coordenar e a dirigir a sociedade.

O quarto é o que chamamos de opressão geracional. Hoje, reconhecemos que existe uma opressão geracional. Há a opressão de gênero, a opressão racial, a opressão pela orientação sexual, e hoje há também a opressão geracional. Pelo fato de ser jovem, a pessoa tem menos acesso às decisões e à possibilidade de participar de algumas coisas da sociedade. Citamos o exemplo típico da família italiana, em que isso é frequente: tem a mesa dos adultos, e a mesa café com leite, que é a dos jovens. Ou então, todo mundo fala: “Você é jovem, ainda não dá para considerar sua opinião, só quando ficar mais velho”.

Isso é o que poderíamos dizer, mais ou menos, que é o a tal do preconceito geracional. Está diretamente ligado ao direito à participação, ou seja, que precisamos constituir no Estado brasileiro canais em que os jovens – especificamente, a geração que ainda não está dirigindo o País – tenham a possibilidade de discutir também o desenvolvimento da Nação.

No escopo das políticas públicas de juventude, há os o que pensam que é preciso garantir as políticas de emancipação, há os que pensam que os jovens têm de participar das decisões sobre desenvolvimento, e há os que vão dizer: “Não, os jovens têm de disputar as decisões sobre desenvolvimento”. O fato é que precisamos criar espaços em que as gerações mais novas tenham a possibilidade de reivindicar, de colocar suas questões, de trazer novos debates.

Por exemplo, no Congresso – eu tinha esse dado em relação à legislatura passada, não sei como está nesta –, majoritariamente, os Parlamentares não são jovens. Onde a demanda das novas gerações entra no cenário do debate sobre as grandes decisões do País, as decisões estratégicas que passam pelo Congresso? Essa seria uma forma de discutir o direito à participação e inserir o jovem. O Conselho Nacional de Juventude seria um espaço para o diálogo intergeracional, entre a geração mais nova e o Governo, que, em tese, é constituído por gerações mais velhas.

Entrando nas questões específicas que foram comentadas aqui, é importante a questão da segurança e da violência. Esse é um tema importante, está muito em voga. O Governo Federal tem um programa que tem assumido uma conotação significativa, porque dá ênfase à questão da juventude – o PRONASCI. Das suas 90 ações, a maioria – se não me engano, cerca de 70 ações – são direcionadas para a juventude, no sentido de que hoje os jovens são as principais vítimas e autores da violência. Todas as estatísticas demonstram isso. Dois terços da população carcerária do Brasil é de jovens; entre os principais índices de homicídios, a maioria é de jovens; o número de mortes violentas entre jovens é três vezes o número da população em geral.

Como enfrentar isso? Há um ponto fundamental no debate. A violência e a segurança não se restringem apenas à exclusão social, mas, especificamente para a juventude, as questões da exclusão social e das políticas que chegam aos jovens têm uma importância grande. E como é muito grande a população de jovens, e o Estado já não atende a todo o mundo, apenas a uma parcela, há uma massa grande de jovens que não tem acesso a nada.

Vou dar um dado sobre lazer e acesso à cultura. Uma pesquisa indica que 92% dos jovens brasileiros, em seu tempo livre, assistem televisão, passeiam no shopping ou fazem festa na Casa dos amigos. Vejam o nível de desenvolvimento cultural da nossa geração. (...) Mas vem cá, não lê jornal, revista, teatro, música, cultura? Isso é só para dar um dado. É óbvio que um cara que só tem acesso a isso, as chances de ele ter uma reação violenta e se revoltar é muito maior.

Segundo, a maioria dos jovens vive numa condição extremamente precária, porque vive nas periferias das grandes cidades brasileiras, onde não se tem acesso à saúde, à escolarização, ao trabalho. Ele é discriminado. Porque, se eu sou um jovem da favela e vou procurar trabalho, o cara pergunta onde eu moro, aquilo já é um limitante para eu trabalhar. Ele diz: “Você mora na Rocinha, então não dá, não. Porque é longe, pode ser que você tenha associação com o tráfico, vai assaltar minha empresa”. Então, já começa aí.

Então, o que nós discutimos hoje? É que o Estado deve ter políticas em escala para a juventude, e políticas de caráter universal. Precisamos ampliar massivamente o acesso à educação; precisamos ampliar massivamente o acesso dos jovens ao trabalho, não é? Esse é, um pouco, o segundo ponto aqui, que o Deputado perguntou sobre o trabalho.

A questão do trabalho, a Secretaria não tem uma opinião formalizada sobre isso. Essa é uma opinião particular minha, do José Ricardo. Eu acho que a política de primeiro emprego é uma política falha para empregar a juventude. Acho que o que tínhamos que estar discutindo hoje era o financiamento público da inatividade dos jovens. O Estado brasileiro tinha que estar garantindo bolsa trabalho; colocando jovens para trabalhar como estagiário ou como cuidador social via Estado, ou seja, sendo um tipo específico, ou a gente fortalece a ideia do serviço civil obrigatório.

Hoje nós não vamos conseguir dar espaço para todo mundo no mercado de trabalho porque temos um limitante econômico. E é bom que se diga isso, porque existe uma distorção no debate sobre a empregabilidade no Brasil. Dizem que o problema de empregabilidade no Brasil é a falta de qualificação profissional. Isso não é verdade. Se a gente qualificasse hoje todos os jovens brasileiros, não haveria vaga para colocar todos eles no mercado de trabalho, porque o problema do trabalho brasileiro chama-se falta de vagas. Não há vagas. Então, o desemprego brasileiro é estrutural, não é flexional; não é falta de qualificação profissional.

É óbvio que, ao dizer isso, não estou dizendo que nós temos que parar a política de qualificação profissional. Não. Ela é importante, fundamental. Mas para atacar o problema da empregabilidade nós precisamos discutir outras questões.

Como o processo econômico a gente não consegue, de uma hora para outra, resolver (...), o Estado precisa entrar nessa parada e garantir para um grande conjunto de jovens a possibilidade de eles terem alguma subsistência para se emanciparem, para se escolarizarem, para estarem inseridos em atividades produtivas, para participarem da vida social e cidadã e, obviamente, eles não ficarem reféns...

Todo mundo pode perguntar: por que o jovem entra no tráfico? A maioria dos jovens entra no tráfico porque não tem alternativa. Ele vai fazer o quê? Eu preciso ter um dinheirinho para ir no cinema com a minha namorada, eu quero comprar um tênis. Aí, qual a oportunidade de trabalho que tem para ele? É trabalhar lá no tráfico. O tráfico emprega. É um trabalho altamente precarizado, insalubre, o cara morre, mas, mesmo assim, ele prefere topiar esse tipo de trabalho do que ficar sem a possibilidade.

Então, o que podemos discutir hoje? O Estado tem que entrar com uma política de escala e garantir para os jovens um tipo de financiamento público, ou seja, uma bolsa, por meio de um programa bolsa trabalho, para esse indivíduo ter a possibilidade de se emancipar, de construir a sua autonomia, até que, em um determinado momento, a nossa economia consiga inserir grande parcela desses jovens.

Por último, porque há outras coisas aqui para comentar, eu quero dizer o seguinte, que acho importante para este debate, e me desculpo antecipadamente pelas questões que não tenha conseguido responder aqui por falta de tempo. Mas acho que hoje é muito importante que o Parlamento brasileiro discuta a juventude por um motivo: não é porque nós temos que incorporar somente mais um debate de opressão, como os outros debates de opressão que nós incorporamos, tais como o da mulher, o dos negros, o dos homossexuais, mas a juventude se torna uma prioridade no debate público porque ela é um segmento da população estratégico para a continuidade do desenvolvimento desta Nação. Ou seja, se nós não investirmos nos jovens agora, estes serão os adultos despreparados, desqualificados, que não terão condições de dirigir o País e, portanto, nós estaremos correndo o risco de retroceder no desenvolvimento que tivemos até agora. Essa é a questão que eu acho importante.

(...)

É nesses marcos que acho que o Parlamento tem que discutir, obviamente, tendo claro que não é uma política de proteção; é de emancipação – não é a mesma coisa com o ECA, é diferente; tendo claro que juventude não é uma questão de estado de espírito, nem também, como alguns dizem, do capitalismo; é uma

questão real, são sujeitos que têm especificidades, que precisam ser tratados pelo Estado e pela sociedade de maneira diferente, e entendendo fundamentalmente que o Estado brasileiro tem uma dívida muito grande com essa nova geração que está aí hoje. São 50,5 milhões de brasileiros, dos quais a maioria não tem acesso nenhum quanto à possibilidade de se escolarizar, de ter acesso ao trabalho, quiçá um direito fundamental de quando se é jovem, que é usufruir o tempo livre: lazer, cultura e esporte.

Essas seriam as minhas considerações. Muito obrigado.

Intervenção do Sr. Guilherme Ortiz (Cientista Político)

(...)

O David Barros [Presidente do Conselho Nacional de Juventude da Presidência da República] aborda como inserir essa pauta, a questão da juventude na institucionalidade. Penso que é por meio da questão local que nós vamos conseguir ter uma participação massiva da juventude. E já respondo, também, à sua pergunta sobre como é que a gente vai incentivar os municípios a colocar essa pauta na administração pública, não é?

Essas duas questões convergem. Por quê? Porque, no momento em que o jovem é chamado a participar, ele mostra então a questão do protagonismo. Por quê? Nas administrações municipais, o jovem pode ser chamado de diversas maneiras. A Conferência Municipal de Juventude está chamando o jovem para dialogar sobre suas pautas. Vivemos em um mundo capitalista, onde o individualismo hoje toma conta. Se não atingirmos diretamente o jovem em suas individualidades, não conseguiremos que ele venha participar da política. Vemos que hoje existem muitos grupos, (...). Esses jovens estão conectados a esses grupos de interesse. Eles se ligam a esses grupos por uma questão individual. Na questão que levanto aqui, aproximaremos o jovem da política de juventude quando estivermos dialogando a questão individual que envolve a vida do jovem. Hoje debatemos algumas políticas, nas quais o jovem não está interessado. Por isso,

ele não vem debater. Nesse ponto, se incidirmos diretamente na vida do jovem, ele vai participar.

O José Ricardo [Assessor da Secretaria Nacional da Juventude] destacou os direitos do jovem. Outro dado que trago é que 80% dos jovens nunca foram a museus nem a teatros. Como é que um jovem que nunca foi a um museu, nunca foi a um teatro – 92% dos jovens têm como principal atividade de lazer a televisão –, vai participar da política pública?

Na questão que o Presidente [da Audiência Pública] apresenta, de como o Parlamento pode ajudar nessa questão das políticas públicas de juventude, o Parlamento pode, então, estar trazendo para a Casa este debate, a questão da juventude, incentivando tanto a opinião pública quanto o jovem a estarem se aglutinando no debate das políticas públicas.

As questões de incentivo ao jovem são primordiais para fazermos com que o jovem se torne protagonista. Não é só alguns virem aqui e falarem. Isso não leva o jovem a participar. É por meio do protagonismo juvenil que estaremos enfrentando a questão da pouca participação do jovem, além de realizarmos este debate, que hoje está em ascendência. No entanto, sabemos que ainda é pouco, porque podemos nos unir e estar batalhando esse tema.

Discurso do Deputado Marco Maia (PT-RS) (Autor do Requerimento e 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados)

Saúdo o Deputado Luiz Couto. É uma satisfação estar em sua presença. Vossa Excelência que é um lutador pelas causas de direitos humanos de nosso País e na Câmara Federal.

Saúdo José Ricardo da Fonseca, que representa nossa Secretaria Nacional de Juventude, ligada diretamente à Presidência da República. Saúdo também o Sr. Guilherme Ortiz, cientista político do Rio Grande do Sul, ativista das causas de nossa juventude. Cumprimento todas as senhoras e senhores.

José Ricardo, gostaria que Vossa Senhoria levasse um abraço a nosso companheiro Beto Cury, hoje Secretário Nacional da Juventude, meu colega na Confederação Nacional dos Metalúrgicos, da Central Única dos Trabalhadores – na época ainda Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Divinópolis, em Minas Gerais. (...)

(...) comungo da ideia de que precisamos de celeridade no debate, mas principalmente da aprovação na Casa dos temas que dizem respeito à nossa juventude, ao fortalecimento das políticas públicas voltadas para nossa juventude, que são amplas.

Felizmente, existe um Governo Federal comprometido com os temas da juventude, Governo que expressa esse comprometimento de forma transversal. Não é apenas a Secretaria Nacional de Juventude que pensa os programas e ações voltados para a área da juventude. Isso acontece de forma transversal em todos os Ministérios. Quando, no Ministério da Educação, se elabora um programa como o PROUNI, que viabiliza a educação universitária para nossos jovens de forma mais direta, ampliando o número de vagas para o ensino universitário, estamos tratando de um tema relacionado com políticas públicas para a juventude.

Sempre cito este dado: quando o Presidente Lula iniciou seu primeiro Governo, havia cerca de 110 mil vagas nas universidades públicas federais do País. (...) Gosto de ressaltar isto, porque é um exemplo muito forte. Hoje, já chegamos a mais de 250 mil vagas nas universidades federais, com a ampliação das universidades, a construção e constituição de novos campi das universidades federais. Hoje, há mais de 450 mil vagas disponibilizadas por meio do PROUNI, ou seja, quase 600% de crescimento na disponibilidade de vagas para o ensino universitário em nosso País.

Essa é uma política pública fantástica, importantíssima para nossos jovens, ter acesso à universidade de forma gratuita, subsidiada pelo Estado, permitindo que o filho dos trabalhadores, aquele que é das camadas mais populares, também possa ter acesso à universidade, à educação com dignidade.

O Governo pratica essa transversalidade, que passa pela educação, pela saúde, pela agricultura, pelo MDA, quando desenvolve programas para o jovem agricultor, para o filho do agricultor também permanecer na terra. Temos o programa que se chama Nossa Primeira Terra, que está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, com linhas de financiamento para aquisição de terras para os filhos dos agricultores; que passa pelo esporte, com o Programa Bolsa Atleta; que passa pelo Escola Aberta; que dialoga com a cultura, com programas voltados para a juventude; que dialoga com o Ministério do Trabalho, com programas voltados para o primeiro emprego.

Essas ações dão conta desse compromisso e dessa responsabilidade que o Governo do Presidente Lula tem tido com essa área de políticas voltadas para a juventude. É óbvio que nós precisamos fazer muito mais ainda, e esses dois temas que estão em pauta aqui na Câmara – que são as propostas de um Plano Nacional de Juventude, que foi amplamente discutido na Conferência, e o debate sobre o Estatuto da Juventude – são, eu diria, complementares para esse conjunto de ações que o Brasil vem desenvolvendo nessa área da juventude.

Então, Padre [Deputado] Couto, queria dizer da minha satisfação de ver esse tema mais uma vez em pauta aqui no Congresso. (...) Mas eu diria que os temas da juventude precisam estar incorporados em todos nós, porque a juventude não é apenas o futuro da Nação; a juventude não é apenas a perspectiva de uma Nação mais justa, mais igualitária com o seu povo, com a sua gente. A juventude é, sim, o presente, é aquela que é capaz de construir o presente do nosso Brasil, as mudanças e as transformações de que o nosso Brasil tanto precisa para ser uma nação verdadeiramente justa, igualitária e que cuide do seu povo e da sua gente.

Então, eu queria fazer aqui este registro, deixar aqui estas palavras para que possamos continuar construindo boas políticas públicas para a nossa juventude no Brasil.

Muito obrigado.

Intervenção do Deputado Luiz Couto (PT-PB) (Presidente da CDHM)

Eu queria agradecer ao José Ricardo Bianco Fonseca, assessor da Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República, e ao Sr. Guilherme Ortiz, que deram uma contribuição efetiva ao debate. Que nós possamos, a partir desta discussão, deste debate, ter um outro momento no qual possamos verificar o que hoje nós estamos colocando como políticas importantes para a juventude, para também fazermos uma avaliação de como essas políticas estão sendo implementadas, quais são os recursos, quais são os avanços, o que parou, o que não está dando certo e se mantém, quando deveria ter outra perspectiva. Isso é muito importante.

Agradeço a todos a presença. (...)

Está encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigado.

Sugestões de Políticas Públicas Municipais para a Juventude

Uma contribuição de Guilherme Ortiz, Cientista Político

Introdução

O Brasil conta, hoje, com o maior contingente de jovens de 15 a 29 anos de toda a sua história: são mais de 51 milhões, apontam dados do IBGE. A sociedade não se preparou para receber este enorme contingente de pessoas, nem lhe ofereceu as condições mínimas para o exercício pleno de sua cidadania.

A ausência de políticas públicas específicas para esta faixa da população é um antigo problema. Mais do que nunca, os jovens brasileiros mostram-se vulneráveis a questões como desemprego, violência e drogas, que vêm somar-se às mazelas decorrentes da falta de investimentos em educação, saúde, cultura e esporte.

Experiências bem-sucedidas – realizadas tanto no Brasil quanto no exterior – demonstram que estimular o protagonismo juvenil e a força criativa do jovem mostra-se eficaz para enfrentar os desafios gerados por este quadro crítico.

Para isto, o jovem deve ser encarado como sujeito, como pessoa capaz de participar, ampliar, influir e transformar projetos, programas e atividades implementados pelo governo ou pela sociedade civil.



O primeiro passo, neste processo, é mobilizar o jovem. A seguir, é necessário oferecer-lhe as condições para uma atuação construtiva.

O atual contexto exige a urgente elaboração de políticas sociais setoriais – ações que trabalhem diretamente o potencial do jovem e desenvolvam seu conceito de cidadania e participação ativa na sociedade a partir de cada município.

A Juventude Hoje



- De cada dois desempregados no País, um é jovem e, mesmo entre os jovens que trabalham, só 35% têm carteira assinada, a grande maioria está na informalidade;
- Os jovens são os que mais matam e, ao mesmo tempo, os que mais morrem em acidentes de trânsito.
- Os homicídios já são a principal causa de morte dos jovens – a cada duas mortes de jovens entre 15 e 24 anos, uma foi por homicídio.
- Os jovens entre 18 e 24 anos representam dois terços da população carcerária no país.
- Estima-se que cerca de nove milhões de jovens, entre 15 e 29 anos vivam na indigência, com renda per capita de até R\$ 61 mensais.
- 22% das jovens entre 15 e 19 anos já são mães, a grande maioria delas, solteiras.

- Mais de um milhão de jovens não estudam nem trabalham, vivendo integralmente o chamado “ócio juvenil”.
- Ainda há um milhão de jovens analfabetos, metade deles morando em áreas rurais.
- A necessidade de trabalhar para complementar a renda da família ainda é o maior motivo para os jovens abandonarem a escola.
- De cada 15 jovens brasileiros, apenas cinco conseguem chegar ao ensino médio e só um ao ensino superior.
- 87% dos jovens nunca foram ao teatro ou a museus.
- 60% nunca frequentaram cinemas ou bibliotecas.
- 59% não vão a estádios nem a ginásios esportivos.

Políticas Públicas para a Juventude



Uma Política de Juventude constitui um conjunto coerente de intenções do Estado para que, em parceria com a sociedade civil, sejam estabelecidas diretrizes, objetivos e estratégias destinados a fomentar e coordenar as ações em favor da juventude, de modo que façam parte de uma dinâmica de desenvolvimento proposta pelo plano de governo.

Políticas Públicas de Juventude devem principalmente:

- a) estimular o protagonismo juvenil e a participação política dos jovens;

- b) reparar ou compensar dificuldades de acesso dos jovens a bens e direitos;
- c) dar visibilidade à temática da juventude na sociedade.

Podemos dizer, então, que uma Política de Juventude consistente deve apresentar as seguintes características:

1. **Integral:** no sentido de apreender a problemática juvenil em todos os seus componentes, por meio de uma visão de conjunto e como parte das estratégias de desenvolvimento social e econômico da cidade, isto é, a questão juvenil como integrante da política geral para o município, a ser implementada pelos órgãos públicos e sociedade;
2. **Transversal:** deve envolver todos os atores (agentes políticos, secretários, assessores), direta e indiretamente, vinculados ao processo decisório da Prefeitura, e interagir com as várias áreas de atuação do governo em programas e projetos comuns;
3. **Sistematizada:** deve estudar, de forma sistematizada e permanente, a dinâmica da juventude, suas necessidades, seus progressos e retrocessos, para propor ações adaptadas ao perfil da juventude atual, de forma articulada e concertada;
4. **Incisiva:** apresentar respostas aos muitos e diversos problemas vivenciados pela juventude, de forma específica e objetiva;
5. **Participativa:** favorecer o protagonismo juvenil, possibilitando que os próprios jovens construam projetos de vida e estabeleçam pontos de referência, nos quais as lideranças locais sejam formadas e os hábitos de conduta positivos sejam estimulados;
6. **Seletiva:** como toda política pública de natureza social, a política de juventude deve ser universalista, humanista e adequada ao contexto, mas deve ter também um caráter pragmático, proporcionan-

do aos jovens de baixa renda, do meio rural e urbano, e às “mulheres jovens”, em particular, serviços emergenciais de atenção;

7. **Descentralizada:** entender o papel dos atores na solução dos problemas, promovendo a desburocratização dos serviços e proporcionando capacidade operacional, eficiência no atendimento e participação dos jovens.

Não se pode esquecer que os temas centrais de uma Política de Juventude devem ser aqueles que compõem a própria agenda de desenvolvimento da cidade, notadamente a educação, a cultura, a saúde, o meio ambiente, a justiça, o trabalho, o turismo, o esporte, o lazer, entre outros.

Estrutura Institucional

Um primeiro grande passo é o poder público reconhecer que há um segmento específico da sociedade chamado juventude, que tem características e necessidades próprias e carece de atenção singular e intervenção planejada pelos governos.

As ações focalizadas para apenas alguns setores da juventude têm sido ineficientes, dispersas e sem impacto. No geral, cada órgão do Executivo Municipal incorpora alguns programas que atingem determinados setores da população jovem, contudo, sem existir espaços de síntese e coordenação.

Para construir uma Política Municipal de Juventude e um espaço para o jovem na Prefeitura é preciso, primeiro, entender que existe uma ligação entre os problemas e as ações governamentais nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, cultura, trabalho e emprego, sexualidade, violência, combate às drogas, etc., e a participação política dos jovens.



Não é a Prefeitura quem diz do que os jovens precisam e quais soluções deve ser buscadas. É preciso dar voz para a juventude dizer o que quer e como quer e abrir um espaço na estrutura do Executivo Municipal para uma assessoria ou órgão que lide com as Políticas Públicas de Juventude.

Este texto sugere a criação de uma Coordenadoria Municipal de Juventude. Entretanto, a construção não pode ser uma prerrogativa apenas do Executivo. São os jovens que devem definir esse espaço. Vale ressaltar: qualquer política de juventude que não encontre no jovem da cidade o sujeito principal, desde a concepção, passando pela elaboração e até a última etapa de execução dessa política estará fadada ao fracasso.

Há experiências muito bem-sucedidas de participação do jovem na definição dos rumos da política municipal de juventude e do aparato institucional. A seguir apresentamos uma sugestão de metodologia para envolver os jovens.

1ª Etapa: Preparação

- a) Assessoria de Juventude da Prefeitura:
 - O(A) Prefeito(a) deve nomear um jovem que tenha participação na cidade e que tenha capacidade de comunicação e boas relações com grupos de juventude da cidade.
 - O papel desse assessor (ou assessores, dependendo da estrutura da Prefeitura) será o de articular um processo inicial de construção de uma Política Municipal de Juventude.
- b) Reuniões de Organização:
 - A assessoria irá listar jovens que já estejam engajados em associações de bairro, grupos de jovens, entidades estudantis, ONGs, etc., que apoiam o governo ou se relacionam bem com ele e agendar um encontro conjunto.
 - Nas reuniões de organização será discutido o processo de construção da política municipal de juventude e um calendário para os novos encontros.

- c) Encontro com lideranças jovens:
 - O encontro deve ser feito com todas as lideranças jovens da cidade com o objetivo de discutir o tema juventude: definição e conceituação (O que é juventude? O que são Políticas Públicas? Quais podem ser as políticas de juventude?).
 - Desse encontro deve ser tirada uma comissão de sistematização dos dados sobre juventude.
- d) Reuniões de sistematização de dados sobre a juventude do município:
 - Devem ser buscados dados e informações sobre a juventude na cidade (números disponibilizados no site do IBGE, INEP ou na própria Prefeitura).
 - O resultado dessas reuniões e pesquisas deve ser compilado em um relatório preliminar sobre a situação da juventude no município, com os dados mais significativos apresentados ao(à) prefeito(a), secretários municipais e entidades.

2ª Etapa: Construção das Propostas da Juventude

- a) Plenárias setoriais com a juventude:
 - Após a Fase de Preparação, a assessoria agendará grandes encontros com a juventude para cumprir três tarefas:
 1. realizar uma leitura dos dados colhidos;
 2. arrolar as propostas da juventude para o governo; e,
 3. discutir o desenho institucional da juventude no governo.
 - Sugere-se que sejam feitas plenárias setoriais, dividindo a cidade em regiões ou a juventude por áreas de interesse ou atuação (por exemplo: plenária dos jovens da região norte, plenária dos jovens das escolas públicas, etc.).

- b) Reuniões de sistematização das propostas recolhidas para o governo:
 - Nas reuniões podem participar, além da comissão de sistematização, jovens que representem as plenárias realizadas.
 - Será elaborado um documento-base que orientará as próximas ações.
- c) Elaboração do(s) projeto(s) de lei:
 - A partir do documento-base, a assessoria de juventude elaborará projetos de lei para a criação da Coordenadoria Municipal de Juventude e do Conselho Municipal da Juventude e a convocação da Conferência Municipal da Juventude.
 - É a Prefeitura quem dará o aval para os projetos a serem encaminhados à Câmara, mas o fato de terem sido discutidos em plenárias, confere legitimidade ao mérito e conteúdos das propostas.

3ª Etapa: Implantação do Desenho Institucional dos Órgãos de Juventude

- a) Cerimônia de criação dos órgãos de juventude:
 - A sanção pelo(a) Prefeito(a) do(s) projeto(s) que criam os órgãos de juventude deve ser comemorada por todos os jovens da cidade numa cerimônia alegre e festiva.
 - A ideia de uma lei específica aprovada pela Câmara garante, além da inclusão desse órgão na estrutura administrativa da Prefeitura, maior segurança à política de juventude, que passa a ser uma ação de Estado e não de mandato. Assim, se um próximo governante quiser acabar com a coordenadoria, terá um desgaste em propor a revogação da lei aprovada.
- b) Coordenadoria Municipal de Juventude:

- A coordenadoria deve resguardar um caráter geral, de autonomia e ao mesmo tempo de interligação com o conjunto do Governo (e não com um setor específico), devendo também dar visibilidade às políticas de juventude.
 - Por tudo isso, a Coordenadoria Municipal de Juventude deve estar diretamente ligada ao Gabinete do Prefeito.
- c) Conferência Municipal da Juventude:
- A tarefa prioritária da coordenadoria será organizar e realizar a I Conferência Municipal da Juventude, um evento político para reunir de toda a juventude da cidade. A conferência deve ser periódica (anual ou a cada dois anos, a critério da juventude).
 - O fundamental é a mobilização das representações coletivas e organizadas das juventudes, convocando entidades, movimentos, associações, ONGs, sindicatos, igrejas, clubes, escolas, universidades, contemplando toda pluralidade e diversidade, para participar da Conferência.
 - A conferência será o momento de aprofundamento dos debates sobre as políticas de juventude, de elaboração das diretrizes gerais para o governo e de criação de mecanismos de participação.

Assim, na Conferência serão tomadas importantes decisões, como:

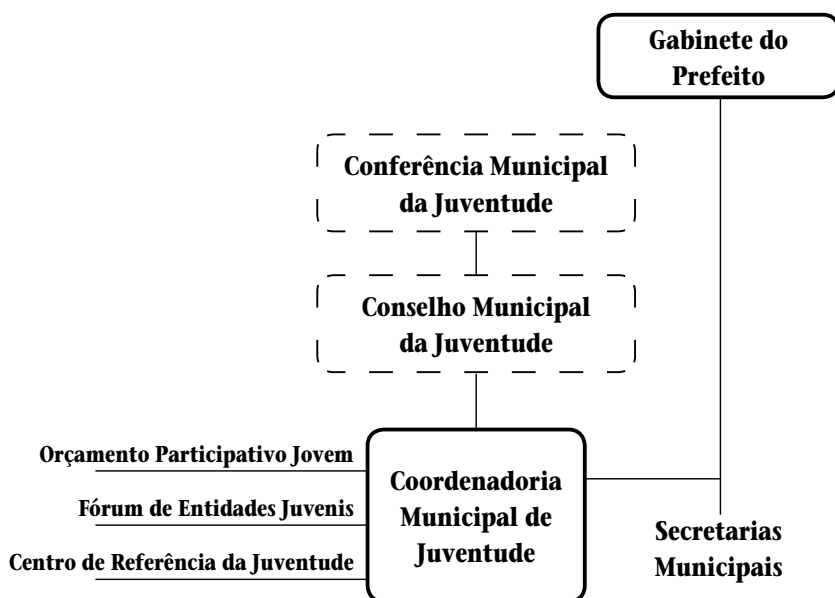
1. aprovação de um documento de metas para a juventude, a ser incorporado nos instrumentos de planejamento da Prefeitura (Plano Diretor, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Orçamento Anual).
2. aprovação de um projeto de Política Municipal de Juventude com os programas, projetos e ações prioritárias, a serem implementados pelo governo e sociedade civil.

3. eleição dos membros do Conselho Municipal da Juventude.
- d) Conselho Municipal da Juventude:
 - O Conselho, constituído pelos jovens eleitos na Conferência, passa a ser um órgão de orientação das ações da coordenadoria. Ele deve ter um caráter consultivo e ter o papel de acompanhamento das políticas públicas de juventude e zelar pelo cumprimento das deliberações da conferência.
 - Além disso, o Conselho torna-se um espaço de interlocução entre a Prefeitura e os jovens da sociedade, ampliando a democracia da gestão e envolvendo a administração pública e as expressões juvenis da sociedade civil.

4ª Etapa: Implantação das Políticas Públicas de Juventude

- a) Elaboração e execução:
 - A partir dos levantamentos, pesquisas, debates e deliberações, é possível construir Políticas Públicas de Juventude para responder às demandas dos jovens da cidade e estimular sua participação política.
 - A elaboração e execução dessas políticas também deve ser feita em conjunto com a juventude e em consonância com o planejamento da Prefeitura.
- b) Mecanismos de avaliação, controle e revisão:
 - É importante que em cada ação governamental estejam previstos mecanismos de avaliação do cumprimento de metas ou expectativas, de controle social das medidas e de revisão caso mudanças sejam necessárias. As políticas públicas de juventude não podem ser diferentes.

Sugestão de Desenho Institucional



Sugestão de Estrutura para uma Coordenadoria Municipal de Juventude

A estrutura administrativa da Coordenadoria Municipal de Juventude está, é claro, vinculada ao tamanho da Prefeitura. Entendemos que a composição a seguir preenche adequadamente o organograma proposto:

- a) Corpo Técnico-Político:
- um coordenador(a) de juventude, titular da Coordenadoria;
 - um(a) assessor(a) de Projetos;
 - um(a) assessor(a) de Eventos;
 - um(a) assessor(a) de Relações Institucionais.

b) Corpo Técnico-Administrativo:

- dois Secretários(as);
- um Auxiliar Administrativo;
- um Administrador Financeiro.

Sugere-se que a estrutura seja composta por lideranças jovens que tenham participado ativamente desde o processo inicial de construção da Política Municipal de Juventude.

O coordenador(a) municipal de juventude é responsável pela condução dos trabalhos do órgão e deve presidir as reuniões do Conselho e da Conferência. Para auxiliar o coordenador devem ser designados assessores especiais: o de Projetos é o formulador e sistematizador das propostas de ações da coordenadoria; o assessor de Eventos cuida da organização das atividades, fazendo papel de Relações Públicas com as entidades e jovens; e o de Relações Institucionais faz a articulação da coordenadoria com os outros órgãos da Prefeitura e agentes políticos como vereadores.

Sugestão de Espaço Físico – Centro de Referência para a Juventude

Simultaneamente à construção e implantação das políticas, é importante possuir um espaço físico que sirva como referência concreta para a juventude na Prefeitura Municipal, o chamado Centro de Referência para a Juventude. Este espaço dará visibilidade à política global do Governo e à Coordenadoria Municipal de Juventude e poderá concentrar ações de educação, saúde, esporte, trabalho voltadas ao jovem.

Para o Centro é necessário um espaço mais amplo, com salas para aulas, palestras, oficinas e vãos livres para grandes reuniões ou práticas esportivas. Podem ser construídos equipamentos públicos neste Centro como teatro, quadras esportivas, pista de skate, biblioteca, sala de vídeos e de jogos, caso a Prefeitura tenha verba ou se disponha a apresentar projetos de financiamento junto aos governos Estadual e Federal ou a organismos nacionais e internacionais que apoiam essas iniciativas.

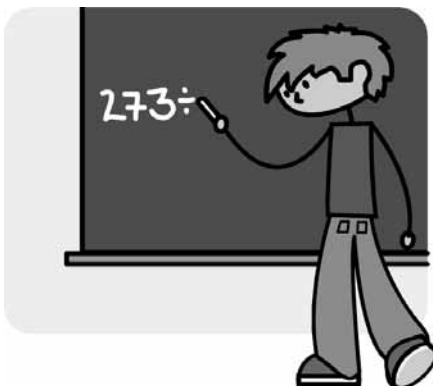
Outras alternativas podem ser a utilização de clubes desativados (que muitas vezes ficam abandonados e com dívidas de água ou de impostos municipais que podem facilitar a apropriação pela Prefeitura) ou praças de esportes onde pode ser agregado o Centro, com o aluguel de uma casa grande ou galpão na redondeza.

Recursos Financeiros e Viabilização dos Projetos

Para viabilizar financeiramente a execução dos projetos e implementar os programas, a Coordenadoria de Juventude deve articular-se com as secretarias municipais envolvidas em seus projetos para obtenção de recursos, além de buscar parcerias com a iniciativa privada e verbas provenientes de

agências nacionais e fundações de apoio à criança e ao adolescente, bem como recursos internacionais oriundos de agências e bancos multilaterais, principalmente, Banco Mundial, BID, Unesco e Unicef.

Também deve ser papel da Coordenadoria de Juventude estabelecer uma interface com os Ministérios do Governo Federal e Secretarias de Estado, para obter financiamento de projetos conjuntos. O Governo Federal, por exemplo, criou a Secretaria Nacional de Juventude que terá, só no programa ProJovem, milhões de reais disponibilizados por ano.



Projetos que podem ser implementados



Governo e Participação

Criar o Fórum da Juventude, composto pelas diversas entidades e movimentos de jovens para debater e formular políticas públicas para o setor.

Criar o Orçamento Participativo Jovem, realizando campanhas nas escolas e nos locais juvenis para estimular a participação no Orçamento Participativo da cidade e para construir uma temática juvenil elegendo delegados(as) responsáveis pelo acompanhamento das ações governamentais.

Construir o Mapa da Juventude, que vai facilitar a análise de quem são os jovens, onde moram, o que fazem e o que pensam sobre a sua cidade, para ser usado como ferramenta de planejamento das ações.

Educação

Ampliar a rede educacional do município para que nenhum jovem fique fora da escola até a conclusão do ensino fundamental.

Implantar ou ampliar o Passe Escolar aos estudantes para que possam ir à escola e aos espaços culturais e de lazer, com desconto nas tarifas de ônibus ou em alguns casos até a gratuidade para os carentes que moram longe das escolas.

Empenhar esforços para implantar cursos e escolas técnico-profissionalizantes em parceria com o Estado e a União.

Criar cursos preparatórios pré-vestibulares para estudantes de baixa renda, oriundos de escolas públicas.

Abrir vagas noturnas nas creches, para possibilitar que mães e pais jovens possam trabalhar e concluir seus estudos.

Implantar o Programa Brasil Alfabetizado no município, parceria com o Ministério da Educação, buscando reduzir o número de jovens que não sabem ler e escrever.

Ampliar espaços de Inclusão Digital (telecentros e internet) na cidade, democratizando para os jovens o acesso à informação.

Ampliar ou criar os espaços destinados à leitura, como as bibliotecas públicas.

Incentivar a participação dos estudantes em colegiados escolares e grêmios estudantis.

Cultura, Esporte e Lazer

Criar o Centro de Referência da Juventude como espaço de referência, definindo uma coordenação paritária de co-gestão entre o poder público e os jovens. O objetivo do Centro é realizar atividades esportivas, culturais e educativas, preenchendo o tempo livre dos jovens, a fim de evitar a violência e a ociosidade das ruas.

Implantar o Programa Segundo Tempo, em parceria com o Ministério dos Esportes, destinado a democratizar o acesso à prática esportiva, a colaborar para a inclusão social, bem-estar físico, promoção da saúde e com desenvolvimento intelectual e humano, através de atividades realizadas no turno escolar inverso.

Fiscalizar o cumprimento da Lei da Meia-Entrada, que assegura aos estudantes ou jovens da cidade o pagamento de metade do valor do ingresso em eventos culturais e esportivos.

Realizar, anualmente, a Semana Jovem para valorizar e divulgar os talentos jovens da cidade, com promoção de eventos e apresentações culturais (música, teatro, dança) nas escolas e praças da cidade, junto com a realização de debates sobre temas de interesse da juventude e dos jogos juvenis (competições desportivas).

Combate à violência

Conferir atenção aos jovens em conflitos com a lei, e principalmente aos que se encontram encarcerados, criando programas específicos de ressocialização em parcerias com os governos Estadual e Federal.

Implantar o Programa Atletas da Vida para os menores em conflitos com a lei, estimulando-os a fazer do esporte um meio de fuga da criminalidade e das drogas.

Criar o Programa Não Dê Armas a uma Criança (promoção da troca de armas de brinquedo por materiais escolares), fortalecendo o programa de desarmamento do Governo Federal.

Saúde

Ampliar a Rede de Atendimento à Saúde dos jovens, especialmente as ações de acompanhamento de dependentes químicos e de adolescentes grávidas.

Instituir um Programa de Assistência à Jovem Gestante no âmbito do sistema de saúde da cidade.

Fortalecer as ações de Educação Sexual junto aos jovens e seus familiares, visando, entre outros, à prevenção da DST/AIDS e a discussão da gravidez na adolescência.

Realizar ações educativas sobre os perigos do tabagismo e outras drogas lícitas, como o álcool.

Trabalho

Construir programas de geração de emprego e renda como Jovem Empreendedor e Cooperativas Jovens de Trabalho.

Criar o Programa Primeiro Emprego com medidas de incentivo fiscal ou de contrapartida financeira às empresas que empregarem jovens sem experiência.

Estimular o trabalho comunitário em ONGs, escolas e instituições de assistência, através de bolsas-trabalho.

Criar um setor municipal para o encaminhamento de jovens aprendizes (14 a 18 anos) para empresas e órgãos públicos, assegurando educação com trabalho, geração de renda e experiência.

Implantação e fiscalização do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

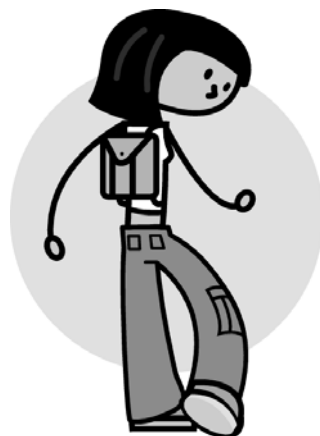
Implantar o Programa Primeira Terra, que facilita o acesso de jovens de comunidades rurais ao crédito destinado à compra de terras para agricultura e pecuária.

Considerações Finais

Uma primeira questão a ressaltar é o fato de que, se pensadas na perspectiva de ações específicas destinadas aos jovens brasileiros, as iniciativas são ainda muito recentes. A maioria delas surgiu na segunda metade dos anos 90, e elas vêm sendo ampliadas desde então. Assim, pode-se dizer que ainda se tem pouco acúmulo nesse terreno, pois as iniciativas ainda são acanhadas e atingem poucos jovens.

O contexto em que essas políticas emergem está marcado pelo crescimento das desigualdades sociais, que trazem, há tempos, sérias dificuldades para os jovens. A interpretação dessa realidade, no entanto, levou a uma perspectiva negativa: os jovens quase sempre são abordados como um problema social para o qual são propostos programas compensatórios que enfatizam a sua reinserção social pelo trabalho ou pela elevação da escolaridade. Como ressaltam alguns autores, confundiu-se a situação dos jovens com a condição juvenil.

Por outro lado, pode-se afirmar que novos elementos estão se constituindo no âmbito do Governo Federal com a criação da Secretaria Nacional da Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e do Projovem, programa que demonstra a forma correta de Política Pública transversal, pois, além de ser articulada por vários ministérios simultaneamente, é também gerenciada por administrações municipais com contrapartida estadual, gerando o enlace da União, Estado e Município. Essa maior visibilidade das políticas de juventude poderá induzir as prefeituras a constituírem programas específicos e a criarem novos espaços de representação, como coordenadorias e secretarias. Devemos destacar, no



entanto, que uma avaliação positiva dessas iniciativas dependerá da capacidade que elas terão de se abrirem à participação juvenil, mirando o jovem sob a ótica dos direitos humanos, como sujeito de direitos, considerando as suas especificidades e a integralidade de suas demandas.

Programas do Governo Federal destinados à Juventude

Programa Integrado de Juventude (Projovem)

Visa ampliar o atendimento aos jovens entre 15 e 29 anos excluídos da escola e da formação profissional. Foi criado a partir da integração de seis programas já existentes – Agente Jovem, Saberes da Terra, Projovem, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. Funciona nas modalidades Projovem Adolescente, Projovem Urbano, Projovem Campo e Projovem Trabalhador.

Programa Bolsa-Atleta

Apoio financeiro a atletas com mais de 12 anos que não possuem patrocínio. O benefício é dividido em quatro categorias: estudantes, nacional, internacional e olímpica/paraolímpica e tem duração um ano, prorrogável.

Programa Brasil Alfabetizado

Promoção de alfabetização para jovens acima de 15 anos. Os cursos são promovidos por instituições de ensino em um período de oito meses.

Programa Escola Aberta

Abertura das escolas públicas nos fins de semana. Pagamento de bolsa a jovens que ministram oficinas.

Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed)

Recursos para a reforma curricular, melhoria da qualidade e expansão do ensino médio da rede pública.

Programa Juventude e Meio Ambiente

Formação e fortalecimento de lideranças ambientalistas jovens em cinco eixos: educação ambiental, fortalecimento organizacional, educomunicação, empreendedorismo e participação política. A capacitação é feita na forma presencial e à distância.

Programa Nossa Primeira Terra

Linha de financiamento do Programa de Crédito Fundiário para aquisição de imóveis e investimentos em infraestrutura básica. Voltado a jovens do meio rural com idade entre 18 e 28 anos. Visa estimular a permanência dos jovens e suas famílias no campo e possibilitar qualificação técnica.

Programa Cultura Viva

Disponibilização de recursos para montagem de Pontos de Cultura, com apoio à compra de material multimídia e à realização de atividades envolvendo iniciativas culturais já existentes. Visa fortalecer as manifestações culturais e a produção audiovisual nas comunidades e nas escolas, bem como o protagonismo juvenil nesses espaços.

Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)

Ampliação de vagas em cursos de educação profissional para jovens e adultos que concluíram o ensino fundamental, com no mínimo 21 anos de idade. Realização de cursos de formação técnica continuada, com validade de Ensino Médio (2.400 horas).

Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE)

Qualificação socioprofissional de jovens de 16 a 24 anos, desempregados, com renda mensal per capita de até meio salário mínimo. Os participantes recebem vale-transporte e bolsa-auxílio de R\$ 150.

Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM)

Extensão da distribuição de livros didáticos de português e matemática para o ensino médio. Mais de sete milhões de alunos do 1º, 2º e 3º anos já foram beneficiados.

Projeto Rondon

Estudantes de ensino superior desenvolvem trabalhos nas áreas de estudo em regiões remotas do Brasil. Promove uma aliança entre estudantes universitários e comunidades na busca de soluções que melhorem a qualidade de vida da população assistida.

Programa Pronaf Jovem

Linha de financiamento para filhos de agricultores familiares, com idade entre 16 e 25 anos. Os participantes devem ter concluído ou estar cursando formação em centros de alternância, ou escolas técnicas agrícolas, ou curso ou estágio de formação profissional.

Programa Universidade para Todos (ProUni)

Concede bolsas de estudos integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas para estudantes de baixa renda e professores da rede pública que não tenham formação superior. Alunos do ProUni em tempo integral recebem bolsa de um salário mínimo mensal.

Programa Segundo Tempo

Desenvolvimento de atividades recreativas e acesso à prática do esporte no período contrário da escola, incluindo mais complemento alimentar, reforço escolar e material esportivo. Voltado a jovens entre 7 e 14 anos, matriculados na Rede Pública de Ensino e de baixa renda.

Projeto Soldado Cidadão

Atividades de formação e qualificação técnica para jovens egressos do serviço militar com o intuito de prepará-los para o mercado de trabalho.

Fontes e mais informações, acessar

www.juventude.gov.br/programas

www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sec_geral/Juventude/Proj/

